

**HABEAS CORPUS Nº 567.398 - SP (2020/0070925-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : FRANK ANTONIO ALVES RIBEIRO  
**ADVOGADO** : FRANK ANTONIO ALVES RIBEIRO - SP342190  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ELIANE SILVA ALBUQUERQUE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de ELIANE SILVA ALBUQUERQUE, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, nos autos da apelação criminal n. 0056381-92.2011.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada, em primeira instância, às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 1.133 dias-multa, como incursa nas sanções do art. 33, **caput**, e art. 34, ambos da Lei n. 11.343./06 (fls. 22-26).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, negou provimento ao apelo defensivo em v. acórdão de fls. 51-53.

Dai o presente **writ**, onde o impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na condenação da paciente, em razão da ausência de materialidade e autoria, bem como na dosimetria da pena, ante a existência de erro material. Aponta constrangimento na negativa de reconhecimento da figura do tráfico privilegiado, haja vista que a paciente preenche todos os requisitos necessários para aplicação da benesse.

Requer, **liminarmente**, a concessão da ordem para que seja expedido em favor da paciente o competente alvará de soltura. **No mérito**, pugna pela absolvição por ausência de materialidade e autoria. Subsidiariamente, requer a aplicação da causa especial de diminuição do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, **em seu grau máximo**, com consequente fixação

# *Superior Tribunal de Justiça*

do regime **aberto** para início de cumprimento da pena.

É o breve relatório.

## **Decido.**

Diante da hipótese de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora**, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

**Confundindo-se com o mérito**, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do **Parquet**.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator